

Considerações preliminares sobre avaliação quadrienal 2021-2024 e preparação para avaliação quadrienal 2025-2028

Olá colegas,

Após a finalização da primeira etapa do envio de informações e documentos que serão a base da nossa avaliação pela CAPES para o quadriênio que se encerrou (2021-2024) e de algumas conversas que foram sendo tecidas nesse último período faço, primeiro, algumas reflexões sobre o que apresentamos até o momento (ainda falta a parte dos destaques, que será fundamental para qualificar o que enviamos até agora e o processo avaliativo), bem como algumas indicações pensando já no próximo período (2025-2028). Entendo que essas (e outras questões) deverão ocupar a Comissão de Autoavaliação e Planejamento já nos próximos meses.

1) Em primeiro lugar acredito que temos uma conversa pendente sobre **que tipo de Programa queremos ser** (a ser indicado pela nota final que queremos atingir na CAPES). Embora tenha havido um indicativo meio geral de que gostaríamos de ser um Programa nota 6, não temos discutido isso com a profundidade que se necessita. Como temos apontado e foi reafirmando pela Carolina em suas falas, há distinções entre as notas aplicadas a cada Programa após a avaliação. Particularmente, entre a nota 5 e a nota 6, há distinções importantes – e exigências também. A definição disso implicará a forma de lidar com os critérios estabelecidos para cada nota nas fichas de avaliação.

2) Como já sabemos, a avaliação dos Programas é realizada através de **três conjuntos de critérios articulados** em: 1) Programa; 2) Formação; 3) Impacto. Esses três grupos critérios são avaliados considerando um conjunto de dados e informações quantitativas e qualitativas indicadas de distintas maneiras. Embora o Relatório/Proposta seja o documento orientador do processo avaliativo, ele precisa ser corroborado com outros dados e informações (tanto quantitativas, quanto qualitativos). Cada dos conjuntos de critérios aponta para questões específicas que têm sido indicadas para todos os PPG de todas as áreas no Brasil, embora com ênfases e formatos distintos em cada Área de avaliação. Mas, mesmo com ênfases e formatos distintos, há perspectivas comuns que são articuladas no conjunto do que constitui a CAPES (inclusive as coordenações de Área indicadas pelos próprios PPG). Como vimos nas falas de Carolina, especialmente nos dados apresentados na Aula Inaugural, há um questionamento forte em relação à toda a pós-graduação no que diz respeito aos impactos.

3) Especificamente **em relação aos impactos** creio que precisamos entender melhor o que propõe a CAPES e a nossa Área em relação ao seu significado e, especialmente, às suas formas de verificação. Impacto não é, necessariamente, a mesma coisa que aplicação ou aplicabilidade. Em certo sentido, é possível pensar que os impactos passam por algum tipo de aplicabilidade, mas o que isso significa vai depender de cada projeto de pesquisa e das relações estabelecidas entre esses projetos e as outras atividades pedagógicas e a produção desenvolvida pelo Programa. O principal desafio, me parece, é demonstrar os impactos produzidos pelo trabalho desenvolvido no PPCIR/UFJF. É algo que não estamos acostumadas/os a pensar nem quando elaborarmos nossos projetos, nem quando prestamos conta deles – que não significa que não há. Pelo contrário, acredito que o que fazemos tem grande impacto, mas não temos sido capazes de demonstrar isso satisfatoriamente – aliás, uma questão para a maioria (ou a totalidade os PPG da Área, e provavelmente das demais também). Essa questão pode ter ficado prejudicada na Proposta/Relatório enviada referente a 2021-2024 por falta de informações sobre os Grupos de Pesquisa e destaques de docentes.

4) A ênfase para lidar com essa questão (impactos) e as demais apontada pela CAPES tem sido a **qualificação dos processos de gestão – particularmente planejamento e autoavaliação**. Essa qualificação permitirá não apenas demonstrar o que já é realizado com maior qualidade, mas ser mais intencionais no desenvolvimento das atividades e na comprovação dos impactos. Ser mais

intencionais aqui também tem (ou pode ter) o efeito de maior otimização de recursos (especialmente tempo) e maior alcance das ações. A questão da gestão é, obviamente, algo que responde às demandas de mercado, mas essa não é a única forma de olhar para ela. Qualificação de processos de gestão tem sido fundamental na qualificação das ações de instituições, organizações e grupos em todos os níveis, incluindo partidos políticos, governos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

5) Uma das grandes diferenças é, justamente, **quem está responsável** pelos processos de gestão. No caso de empresas, por exemplo, há um conjunto de ferramentas e especialistas (muitas vezes externas) que se responsabilizam por esse processo através de assessorias que incluem construção de diagnósticos, identificação da cultura institucional, definição de metas que são monitoradas e alteradas de acordo com o desempenho. No nosso caso, a menos que queiramos delegar essa tarefa, não é assim. A gestão está sob nossa responsabilidade e, de modo geral, tem ficado a cargo da coordenação com apoio da secretaria. Esse modelo de gestão tem limites importantes, tanto do ponto de vista técnico quanto operacional. Uma gestão eficiente precisa envolver todos os setores e sujeitos envolvidos nos processos. Isso implica responsabilidades individuais e coletivas. Aqui me parece que temos outro desafio.

6) Em termos de **responsabilidade individual** com a gestão de um PPG há procedimentos bastante simples, mas que dependem da criação de uma cultura. Obviamente que está sob nossa responsabilidade cumprir com qualidade as tarefas que naturalmente nos competem: desenvolver projetos de pesquisa, ministrar aulas, orientar estudantes, participar de eventos e desenvolver produtos (bibliográficos, técnicos, artísticos). Mas parte dessa responsabilidade individual é fazer com que as informações sobre as tarefas desenvolvidas cheguem aonde precisam chegar para que efetivamente se tornem produtos que possam ser apresentados e avaliados. Isso implica registro, guarda de material comprobatório e envio para os lugares responsáveis por acompanhar essa gestão individual. Sabemos que temos desafios aqui.

7) Mas também é fundamental a **responsabilidade coletiva** na gestão de um PPG. Os procedimentos e tarefas também não são tão desconhecidos: assumir tarefas em comissões, participar de reuniões colegiadas, articular-se com os demais sujeitos dos processos em grupos de pesquisa, projetos e ações comuns. Para que isso seja possível, o mais fundamental é uma **comunicação eficiente**: é possível pensar articuladamente apenas aquilo sobre o que se tem conhecimento. Além disso, é preciso conhecimento e comunicação constante em relação às diversas questões (internas e externas) que envolvem aquilo que fazemos individualmente e coletivamente. Não tenho certeza se entendemos, podemos ou estamos dispostas/os a enfrentar os desafios em relação a essa questão. O planejamento e a autoavaliação têm derivado muito mais das iniciativas individuais do que de um projeto coletivo de PPG.

Creio que no último quadriênio **demos passos significativos** que lidaram e qualificaram todas essas questões – e isso está expresso na Proposta/Relatório. A preocupação está, justamente, em consolidar e qualificar o que foi feito até aqui, tendo em vista o andamento do PPCIR nos próximos anos. Independente da nota que obtivermos nessa avaliação (que só sairá na metade do próximo ano/2026) é preciso que o Programa defina o que quer para esse quadriênio em relação à próxima avaliação (que já tem Documento de Área e nova Ficha de Avaliação).

Assim, faço algumas sugestões/recomendações práticas:

- registro de nossas atividades: já temos dito isso a discentes e, também, a docentes, mas parece fundamental alterar a cultura de registro do que fazemos. Tudo o que é feito pode ou deveria virar um “produto” (que tecnicamente significa uma “entrada” no Lattes). Não creio que haja nenhuma dúvida sobre o fato de que fazer isso uma vez ao ano, geralmente no período de férias e sob pressão, não tem

garantido os melhores resultados. Pensemos sobre como podemos qualificar essa ação para que menos coisas se “percam” e não sejam consideradas em nossas avaliações.

- maior consciência sobre o que produzimos: além da questão do registro que não contempla o conjunto de todas as atividades desenvolvidas e seus produtos, há muitas coisas que ficam fora dos nossos relatórios justamente porque não são entendidas como produtos. Suspeito, inclusive, que muitas dessas questões estejam justamente relacionadas com atividades de inserção e geração de impacto. Nosso foco parece ainda estar muito em artigos, livros, eventos, e pouco naquelas ações – às vezes mais espontâneas – que efetivamente revelam nossas relações e produção para além dos produtos mais evidentes. Pensemos sobre tudo o que fazemos e como isso se relaciona e pode virar um produto do trabalho desenvolvido.

- estabelecimento conjunto de metas: a ressalva sobre trabalhos pouco articulados e sendo de colegiado me parece justa e já temos feito essa ressalva antes da visita da Carolina. Mesmo com perfis diferentes, podemos estabelecer algumas metas que orientem o trabalho e distribuam tarefas mais equilibradamente. Além de uma produção mais equilibrada, isso tende a otimizar esforços e recursos. A ficha de avaliação do próximo quadriênio, nossos PPC (incluindo da graduação) e nos projetos em curso já podem apontar diversos direcionamentos

- relatórios anuais: assim como estamos solicitando de estudantes, pode ser importante ter relatórios anuais de docentes, na articulação de grupos de pesquisa ou outros tipos de ações colaborativas. O registro constante das ações e produtos ao longo do ano certamente facilitarão esse processo. Também aqui será importante atentar para os elementos e critérios da nova ficha de avaliação para ir registrando, organizando e avaliando os resultados dentro do que já sabemos que precisaremos informar no final do quadriênio, tornando-se todo o processo mais orgânico.

- seminários de planejamento e autoavaliação: esses serão espaços fundamentais para a apresentação de resultados parciais, discussão sobre os processos vividos e repactuação de metas e objetivos a serem alcançados. Pelo menos duas vezes ao ano o Colegiado deveria reunir-se para esse fim e construir processos semelhantes que envolvam o corpo discente para além da representação estudantil.

- revisão de missão e vocação: como dito várias vezes, todos os critérios de avaliação serão avaliados em relação à missão e vocação do Programa, que terão que estar bem delimitados e articulados. Esse exercício já foi feito na reformulação do PPC e prestou-se atenção na construção da Proposta/Relatório. Revisar e incorporar essa questão será fundamental para planejar e relacionar o que se faz com o que está indicado.

Como disse no início (Ponto 1), tudo isso depende do tipo de Programa queremos ser e a nota que queremos que nos seja dada como reconhecimento disso. Como já afirmei antes, acredito que temos condições de ser um programa de excelência. Mas, para tanto, será necessário seguir com as alterações operadas no último quadriênio e consolidá-las com a qualificação dos processos de gestão. A nota que obtivermos em relação ao último quadriênio definirá se isso significará aumentar a nota (de 5 para 6) ou consolidar uma nova nota (6) que traz consigo novos desafios para os quais o PPCIR precisa estar preparado, correndo o risco de não conseguir mantê-la nas próximas avaliações.